

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1994)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A legítima crítica ao Supremo



No seu transe salvacionista, o STF vê extremistas por toda parte, mas nem sempre a crítica é golpismo; ao contrário, há razões genuinamente democráticas para questionar o Supremo

Ao contrário do que parecem pensar alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), criticar instituições democráticas não é necessariamente atacá-las ou ameaçá-las. Tampouco exigir sua autocontenção é ser extremista, e demandar que atuem conforme a lei não é deslegitimá-las. Ao contrário, quem faz tudo isso de boa-fé quer aperfeiçoá-las, isto é, quer instituições que não sejam ativistas, partidárias, arbitrárias, corporativistas ou pessoais.

Pode parecer ocioso dizer que o de-

bate público num ambiente genuinamente democrático presume total liberdade para questionar o poder, mas nos tempos que correm, em que as críticas aos exageros do STF são tomadas como atentados ao Estado Democrático de Direito, é o caso de relembrar que a opinião não pode ser criminalizada.

É evidente que os liberticidas instrumentalizam a liberdade de opinião para propósitos indistintamente antidemocráticos. Quando um Jair Bolsonaro fala em “liberdade”, obviamente não é a liberdade no sentido liberal democrático, que garante a todos, indistintamente,

te, o direito de questionar o Estado e suas instituições a qualquer tempo, e sim a “liberdade” de desmoralizar os pilares dessas instituições porque estas são um obstáculo para seus projetos autoritários de poder. Quando Bolsonaro invocava a liberdade de expressão para deliberadamente desacreditar o sistema de votação para presidente, a intenção evidente era atacar a alma da democracia, isto é, a ideia de que numa eleição comprovadamente limpa e justa os derrotados aceitam o resultado, reconhecendo a legitimidade do vencedor e de todas as instituições que corroboraram a vitória.

Do mesmo modo, não cabe ingenuidade a propósito das acusações do empresário Elon Musk a respeito de supostas arbitrariedades cometidas pelo Supremo contra sua rede social, o X (anti-Twitter), e seus usuários. Alinhado a extremistas de direita mundo afora, Musk se apresenta como um “absolutista da liberdade de expressão”, mas isso só vale quando lhe interessa – basta lembrar que ele condescendeu à exigência da ditadura turca de suspender perfis e tolera em sua rede perfis falsos a serviço da propaganda do governo chinês, com quem tem vultosos negócios. Suas contradições, contudo, não importam nem um pouco para a tropa bolsonarista, que o elevou à categoria de “mão da nossa liberdade”, nas palavras de Bolsonaro.

Essa algaravia bolsonarista, que é de fato golpista e antidemocrática, tem sido usada pelos mais loquazes ministros do Supremo como prova de uma alegada ameaça permanente e generalizada à democracia, justificando dessa forma

medidas juridicamente exóticas, quando não inteiramente desprovidas de base legal, para conter essa ameaça. Num ambiente assim, qualquer opinião mais contundente em relação ao Supremo é logo caracterizada como “bolsonarista” e, por conseguinte, “golpista”.

É o caso, portanto, de insistir que nem toda crítica ao Supremo tem, subjacente, a intenção de destruir a democracia. Exigir que o Supremo seja mais claro a respeito dos parâmetros que adota para as medidas drásticas que tem tomado em sua missão autoatribuída de salvar a democracia brasileira não é, nem de longe, minar sua legitimidade. Ao contrário, é constanger o Supremo a seguir o que vai na Constituição, como se isso já não fosse sua obrigação precípua, justamente por ser o guardião do texto constitucional.

Portanto, quem tem minado a legitimidade do Supremo é o próprio Supremo, quando atropela sua própria jurisprudência, atua de modo claramente político, colabora para a insegurança jurídica e imiscui-se em questões próprias do Legislativo.

O Brasil testemunhou um surto de golpismo no 8 de Janeiro, mas hoje as instituições estão, como se diz, funcionando: o governo está governando; o Legislativo, legislando; e a imprensa, publicando; enquanto a polícia está nas ruas e o Exército, nos quartéis. Por que o Supremo segue em mobilização permanente, como se o País vivesse num 8 de Janeiro interminável? São questões legítimas, que nada têm de extremismo. Demandar a contenção do Supremo não é ser golpista, é só ser republicano. ●

Opulência e miséria amazônicas

Nunca se falou tanto da Amazônia, mas ela só será de fato protegida e valorizada quando o País conhecê-la melhor e garantir progresso também para a população que vive nela

Pela urgência climática ou por oportunismo, por um eventual despertar ambiental ou simplesmente modismo, é provável que nunca na história do Brasil se tenha ouvido tanto falar da Amazônia – mas é espantoso o quanto a expansão do debate sobre a maior floresta tropical do planeta parece inversamente proporcional ao conhecimento sobre sua realidade. Esse paradoxo é reafirmado diante da série de reportagens *Êxodo na Amazônia*, publicada pelo *Estado* em 7 de abril e, antes, em três capítulos na versão online. Os repórteres Vinícius Valfre e Wilton Junior percorreram 3 mil quilômetros e descreveram como a violência e a escassez empurram brasileiros para longe da floresta; como o êxodo na floresta agrava a favelização em Manaus e

abre brechas para o tráfico e a milícia; e como indígenas dividem rotas fluviais com invasores e traficantes de drogas e armas em viagens de busca por assistência. Tem-se ali uma porção do País incrivelmente conhecida e ao mesmo tempo terrivelmente ignorada.

Essa dissonância demonstra o que deveria ser uma cláusula pétrea nacional, aquela segundo a qual não há riqueza natural ou desenvolvimento de uma região sem existência de progresso real para a sua população. Tampouco há pleno mérito na ampliação do debate sobre a Floresta Amazônica sem que se cumpram requisitos mínimos de dignidade para quem vive nela. Símbolo dos superlativos, ela é também a representação do quanto nos resignamos a conviver com profundas disparidades. A opulência amazônica,

afinal, é também a miséria amazônica. O grande potencial da biodiversidade brasileira é também o espaço de pobreza, do perigo e da escassez de toda sorte. No balanço entre perdas e ganhos, como se viu nas reportagens, o saldo é desolador.

Tais problemas não são obra do acaso. Vêm da Marcha para o Oeste, política de ocupação implementada por Getúlio Vargas na década de 1940; da fórmula criada durante o governo Café Filho (1955) para atrair a imigração europeia à “terra sem gente” que o Brasil representava – a Região Norte em especial; do projeto de integração nacional do regime militar, nos anos 1960 e 1970, para a ocupação dos vazios demográficos da Amazônia; até os problemas ambientais intensificados nas duas décadas seguintes. Esses modelos ignoraram que o desenvolvimento exigia tanto a proteção e a sustentabilidade da floresta como a produção de riquezas, renda, emprego e alimentos para as populações locais.

A situação agravou-se com Jair Bolsonaro e sua política de terra arrasada na área ambiental, que enxergava as árvores como seus inimigos. Já Lula da Silva, com sua persona camaleônica, trafega entre a tentativa de se exibir como protetor da floresta e o histórico de quem nunca se entusiasmou de fato com o meio ambiente. Em 2010, convém lembrar, Lula entretinha plateias

contando a história da perereca imperitine que atrasava obras. “Não podemos parar tudo por causa de uma perereca”, dizia ele, provocando gargalhadas enquanto criticava órgãos de proteção ambiental.

“Nacionalizar a Amazônia e amazônizar o mundo” foi o lema concebido pelo Grupo de Trabalho Amazônico, rede de organizações criada no marco da Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nacionalizar tinha e tem um bom sentido: fazer o restante do Brasil despertar para o bioma, compreender suas realidades, carências e potencialidades, deixar de ver a floresta a partir de imagens extremas. São duas visões radicalmente diferentes em nosso imaginário: uma enxerga a floresta como inferno; a outra, como paraíso.

Conhecer de fato a Amazônia pode ajudar não só a escapar dessa dicotomia, como deflagrar um modelo de desenvolvimento que concilie a valorização da floresta em pé com possibilidades econômicas reais para a região. Só assim o País deixará de vê-la como um ônus de conflitos e desastres que afetam o clima do planeta para concentrar-se no bônus de uma riqueza natural relevante para o planeta, mas capaz de garantir condições básicas para os povos da floresta e das cidades amazônicas. ●